#### 1

## FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO CONSELHO GESTOR - BIÊNIO 2023/2024 ATA CG № 5 - REUNIÃO EXTRORDINÁRIA REALIZADA EM 24/05/2023

Em vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três, com a presença do Sr. Washington Benigno de Freitas, presidente do Conselho Gestor, o Sr. Antonio Carlos Oliveira da Silva, Secretário Executivo do Fundo Municipal de Cultura, a sra. Erika Siqueira Santos Lima, gestora de espaço cultural atualmente alocada na Secretaria do Fundo Municipal de Cultura, o Sr. Luiz Wagner Outeiro Hernandes, conselheiro titular representante do Poder Executivo, Sra. Leila Harumi Assato, Sra. Maria Auxiliadora Sila Soares dos Santos e a Sra. Christina Nancy Camargo Hernandes conselheiras titulares e representantes da Sociedade Civil, indicadas pelo Conselho Deliberativo, e a ausência justificada do Sr. Rafael Rodriguez Davoli com a verificação do quórum necessário, reuniu-se o Conselho Gestor do Fundo Municipal da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, virtualmente através do aplicativo de vídeo conferência Meet. O presidente saúda com boas-vindas a todos os presentes, e passa a palavra para Sr. Antônio que inicia mencionando a pauta principal de aprovação de editais do Fundo, e cita um item a mais na pauta, sendo este um pedido de ação compensatória solicitado a dois projetos na reunião posterior, pede ao conselho permissão para analisar a extra pauta nesta reunião, e indaga se será tratada no início ou no fim da reunião, o conselho concorda em analisar a pauta, e decidem em analisar antes da pauta original. Prosseguindo Sr. Antônio cita o projeto Caravana da amizade, que teve um número baixo de público, devido a isso teria sido solicitado pelo conselho uma ação compensatória, o projeto apresenta duas ações para aprovação: sendo uma apresentação na Casa do Idoso Centro e outra no Colégio Crescer em uma feira de exposição com o tema: A riqueza da Diversidade Cultural Brasileira, esclarece que se trata de um colégio particular, e diz que a secretaria não tem oposições. Sr. Washington também não tem oposições, Sra. Christina complementa dizendo que a exposição no Colégio Crescer é aberta ao público, e Sr. Washington inicia a votação, a alteração foi aprovada por unanimidade. Sr. Antônio prossegue para a pauta primordial, dando uma breve explicação para ao novo conselho sobre os editais, menciona os prazos propostos, que são quatro no primeiro semestre, e dois no segundo semestre que ainda estão sendo revisados, e uma vez que estejam prontos serão tragos para a análise do conselho, continua a explicação do funcionamento dos editais ao conselho, durante a explicação sobre a exclusão do item 4.5 da contrapartida ("Caso o proponente decida pela comercialização de produtos culturais, como livros, eps, álbuns musicais, entre outros e ou cobrança de bilheteria de exposições, feiras, apresentações ou outras atividades a preços populares em seu projeto, deverá especificar na contrapartida como se dará a utilização desses recursos dentro do projeto."), Sr. Antonio menciona já ter conversado previamente com o presidente sobre, pois existem problemas como a venda de livros, que leva um tempo considerável, as vezes fora do tempo projeto para serem distribuídos, Sr. Washington complementa a ideia e questiona se existe em algum item que diz que uma porcentagem dos produtos tem que ser gratuitamente distribuída, Sr. Antônio responde dizendo que existem dois itens, um deles diz que 10% tem que ser entregue a fundação, e cabe a fundação aceitar ou não, e o outro diz que 30% das atividades tem que ser distribuído gratuitamente quando se é pago, Sr. Washington acrescenta dizendo que a ação pública está incluída nos 30% além do fomento a criação artística, que é necessário dar

autonomia ao projeto, e que esse é um dos objetivos, criar sustentabilidade e não ficar dependendo do poder público, e pede a opinião do conselho, Sra. Leila Harumi diz não concordar com a venda, argumenta dizendo que o proponente ganha dinheiro para fazer o projeto para população e não concorda no ganho em particular pelas vendas, Sr. Washington mantem seu posicionamento, citando um exemplo sobre uma peça que após concluir suas prestações, depois de um tempo quer refaze-la, mas é impedida, e reforça a importância da fomentação, Sra. Leila Harumi diz que no caso da peça de teatro, ela concorda, e reconhece a importância, mas que no caso de um produto que foi feito um orçamento em quantidade especifica para o projeto, ela não concorda com a venda durante o período do projeto para lucro particular Sra. Maria diz concordar com o presidente e que se o proponente colocou no contrato que assim seria feito, não existe problema, pois o que foi proposto, foi concluído, Sr. Washington complementa a ideia, dizendo que o único problema seria se o projeto tivesse com uma proposta sem vendas e posteriormente no projeto mudasse para um proposta com vendas, Sra. Christina concorda com o presidente, e reforça a importância do subsídio aos projetos. Sra. Leila Harumi indaga se os proponentes vão ter ciência sobre as questões discutidas sobre os espetáculos e vendas de produtos, Sr. Antônio diz que no edital está claro, mas diz não entrar na questão de pós encerramento do projeto, Sr. Washington inicia a votação, a exclusão do item 4.5 da contrapartida foi aprovada por unanimidade. Sr. Antônio retoma a palavra e prossegue com a explicação, no decorrer da explicação sobre a Criação e temporada em teatro, música, circo, dança e artes visuais, ele indaga ao conselho sobre a mudança ao modelo de apresentação de projetos (Poderão ser presenciais ou online. 'Pode ser presencial ou hibrido, devido a valores'), Sra. Leila Harumi e Sr. Washington opinam em mudar para "Presencial ou hibrido", Sr. Antônio menciona também o tópico: "Criação da obra artística e mínimo de cinco apresentações. Em artes visuais mínimo de 60 dias continuo e intercalado e dois espaços em regiões diferentes da cidade, sendo um público", Sr. Washington diz ficar em dúvida cobre o período do projeto, e que tem receio em limitar o tempo e o valor de exposição, Sr. Antônio sugere a criação de um novo edital separado de artes visuais, Sr. Washington concorda com a ideia e diz ser pertinente, Sra. Leila Harumi questiona sobre o valor, Sr. Antônio responde que o valor continuará o mesmo, Sr. Antônio menciona ter uma diferença muito grande de inscrições, que se entende que algumas áreas foram muito concorridas e outras foram pouquíssimas, e que isto foge do ideal, sugere juntar algumas áreas para minimizar a situação, Sr. Washington analisa e discute brevemente sobre os valores anteriormente propostos no Planar, sra. Erika acrescenta que devido ao teatro e a música serem áreas bem consolidadas na cidade, os pareceristas sentem que, por exemplo, aprovam um projeto de circo mediano, e deixam um bom projeto de teatro de lado, devido ao número pré-estabelecido dos projetos, Sra. Maria recebe a voz e inquiri a possibilidade de não especificar o número de projetos, sra. Erika diz que é possível, se tirassem as categorias, com uma comissão única, com mais pareceristas, Sra. Maria continua seu raciocínio dizendo que se for assim, seria melhor, uma vez que se tivessem, por exemplo, cinco projetos bons de teatro, nenhum cederia a vaga para um projeto medíocre de música. Sr. Antônio acrescenta que na lei diz que é

permitido apenas que três pareceristas possam ser convocados por comissão, e que seria necessário fazer uma interpretação, Sr. Washington contribui dizendo que é importante estimular outras áreas, para que não seja estimulado apenas áreas especificas e questiona como era feito no ano anterior, Sr. Antônio diz que foi feito um limite de categoria, e que era um valor bem inferior, e explica como foi o processo, Sra. Christina diz concordar com o presidente, acredita que é necessário valorizar todo tipo de arte, e que não é possível começar uma atividade com uma proficiência sem estimula-la, Sr. Washington reforça seu posicionamento concordando com a Sra. Christina, Sr. Antônio cita algumas sugestões, sra. Erika complementa, dizendo que no próximo edital, Festivais e Mostras, um bom projeto pode se inscrever, independente da área, Sra. Christina toma a palavra e diz que, acha ofensivo o termo projetos bons e projetos ruins, pois é muito subjetivo, Sr. Antônio concorda, e explica que o termo usado pela secretaria é usado para classificar projetos com um bom planejamento com uma boa estrutura, e não necessariamente a qualidade subjetiva do produto, Sr. Washington depois da discussão, sugere que se unifiquem: Teatro, Circo e Dança em um edital, sem pré-estabelecer um número para os projetos, e que pelo menos um de cada área seja selecionado, ele coloca em votação, o conselho aprova por unanimidade. Sr. Antônio prossegue com sua explicação, ao chegar no tema de Criação e Temporada e, Audiovisual, Sr. Washington assume a voz, diz que tem receio no termo "criação e temporada", e sugere a mudança para "criação em áudio visual", e questiona sobre as contrapartidas, Sr. Antônio responde dizendo que os proponentes podem ter duas ações em um ou mais bairros em situação de vulnerabilidade, e um oferecimento de uma atividade para a fundação, e menciona também que teve uma "contaminação" na área, como registro de outras atividades, e não necessariamente audiovisual em si, Sr. Washington acredita que sinopse fica muito vago, e indaga se haverá problema em exigir o roteiro, Sra. Maria argumenta dizendo que acredita que se o proponente tem a obra, já tem o roteiro Sra. Christina diz concordar, Sr. Antônio diz que cobram isto das obras literárias, Sra. Leila Harumi argumenta que já viu projetos que fazem a sinopse e depois o roteiro, e acredita que não devia ser obrigatório, Sr. Washington complementa dizendo que o roteiro é uma das ações da criação de uma obra, como na peça de teatro, que não se obriga ter a dramaturgia cultural, e que se paga o dramaturgo para este função, o mesmo se dá no áudio visual, e menciona que tem receio no que se trata no nível de preparo dos roteiristas, e sugere a argumentação como obrigatório junto a sinopse, Sra. Christina reforça a ideia de não ter o requisito da obra pronta nos outros editais Sr. Washington inicia a votação a alteração de sinopse, argumentação obrigatória e roteiro, se for o caso foi aprovada por unanimidade. Sr. Antônio continua sua explicação, e traz a questão de manter o valor para pessoa jurídica, Sr. Washington concorda, e inicia a votação para manter o valor (150.000,00) para pessoa jurídica, foi aprovado por unanimidade. Sr. Antônio prossegue para a explicação do edital de Publicação de Obra Cultural, diz sobre a questão de a obra ser sobre São José dos Campos, e sobre o autor ser da cidade, Sr. Washington diz que na questão da pesquisa deve ser feita sobre SJC, e até permitiria que o pesquisador fosse de fora de SJC. Sr. Antônio termina a explicação sobre os editais. Sem mais nenhuma dúvida

Sr. Washington inicia a votação para a aprovação dos editais, os editais foram aprovados por unanimidade. Após isso, nos assuntos gerais, Sr. Antônio menciona sobre a questão dos pareceristas, e explica brevemente aos Conselheiros a necessidade de indicação previa dos pareceristas que irão compor as comissões de seleção relativas aos editais aprovados nesta reunião e sugere que seja tratado na próxima reunião do Conselho. Sr. Washington questiona o prazo de inscrição, Sr. Antônio diz que o prazo se dá dia sete de julho, e o resultado sai dia dezoito de agosto, Sr. Washington complementa a explicação aos novos conselheiros, e pede a secretaria como de costume para encaminhar e-mail aos conselheiros sobre o processo de indicação de pareceristas, especialmente devido à ausência do sr. Rafael, ao que o secretário concorda. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradece a todos e encerra a reunião.

Luiz Wagner Outeiro Hernandes

Conselheiro titular, representante indicado pelo Poder Executivo

Christina Nancy Camargo Hernandes
Conselheira titular, representante da Sociedade Civil indicada pelo Conselho Deliberativo
Maria Auxiliadora Sila Soares dos Santos
Conselheira titular, representante da Sociedade Civil indicada pelo Conselho Deliberativo
Leila Harumi Assato
Conselheira titular, representante da Sociedade Civil indicada pelo Conselho Deliberativo